

Bioenergética Santa Cruz Ltda.

(anteriormente denominada Bioenergética Santa Cruz S.A.)

Demonstrações financeiras em
31 de março de 2026 e relatório de revisão



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Diretores da
Bioenergética Santa Cruz Ltda. (anteriormente denominada Bioenergética Santa Cruz S.A.)
Américo Brasiliense – SP

Revisamos as demonstrações financeiras da Bioenergética Santa Cruz Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações no patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações financeiras (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Uma revisão de demonstrações financeiras de acordo com as referidas normas é um trabalho de assecuração limitada. Os procedimentos de revisão consistem, principalmente, de indagações à administração e outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas.

Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.



Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras da Bioenergética Santa Cruz Ltda. não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

Ribeirão Preto, 29 de maio de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Giovani Ricardo Pigatto
Contador CRC 1SP263189/O-7

Balanco patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração do fluxo de caixa (Método indireto)	6
1. Contexto operacional.....	7
2. Resumo das políticas contábeis materiais	8
3. Principais usos de estimativas e julgamentos.....	12
4. Gestão de capital	13
5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	13
6. Contas a receber de clientes	14
7. Saldos e transações com partes relacionadas	14
8. Imobilizado.....	15
9. Imposto de renda e contribuição social	15
10. Provisão para contingências	16
11. Patrimônio líquido	17
12. Compromissos	18
13. Receitas.....	18
14. Custos e despesas por natureza.....	19
15. Resultado financeiro.....	19
16. Cobertura de seguros	19

Balanço Patrimonial

Em 31 de março de 2026 e 2025

Em milhares de reais

ATIVO	Nota	2026	2025	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2026	2025
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	9	31	Fornecedores	9	302	287
Aplicações financeiras	5	32.061	33.449	Salários e contribuições sociais		101	158
Contas a receber de clientes	6	940	1.584	Tributos a recolher		16	70
Imposto de renda e contribuição social		1.032	-	Imposto de renda e contribuição social	10	-	364
Outros ativos		-	40	Outros passivos		28	28
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		34.042	35.104	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		447	907
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	8	23.311	24.662	Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	2.771	2.948
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		23.311	24.662	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		2.771	2.948
				TOTAL DO PASSIVO		3.218	3.855
				Patrimônio líquido	12		
				Capital social		29.971	29.971
				Ajustes de avaliação patrimonial		5.379	5.723
				Reservas de lucros		18.785	20.217
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		54.135	55.911
TOTAL DO ATIVO		57.353	59.766	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		57.353	59.766

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2026	2025
Receitas	13	61.853	69.292
Custo dos produtos vendidos	14	<u>(15.923)</u>	<u>(5.885)</u>
Lucro bruto		<u>45.930</u>	<u>63.407</u>
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	14	(1.614)	(1.656)
Despesas gerais e administrativas	14	(185)	(122)
Outras receitas, líquidas		<u>-</u>	<u>141</u>
Lucro operacional		<u>44.131</u>	<u>61.770</u>
Resultado financeiro	15		
Receitas financeiras		5.063	5.833
Despesas financeiras		<u>(35)</u>	<u>(235)</u>
		<u>5.028</u>	<u>5.598</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>49.159</u>	<u>67.368</u>
Imposto de renda e contribuição social	9		
Correntes		(3.692)	(4.213)
Diferidos		<u>177</u>	<u>192</u>
Lucro líquido do exercício		<u>45.644</u>	<u>63.347</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
Em milhares de reais

	2026	2025
Lucro líquido do exercício	45.644	63.347
Resultado abrangente do exercício	<u>45.644</u>	<u>63.347</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial - Deemed cost	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
				Legal	Reserva de retenção de lucros		
Em 31 de março de 2024		29.971	6.096	5.994	13.877	-	55.938
Realização de mais-valia de deemed cost		-	(373)	-	-	373	-
Dividendos adicionais pagos	11 (d)	-	-	-	(13.877)	-	(13.877)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	63.347	63.347
Destinação do lucro líquido:							
Dividendos mínimos obrigatórios	11 (d)	-	-	-	-	(15.837)	(15.837)
Antecipação de dividendos	11 (d)	-	-	-	-	(33.660)	(33.660)
Lucro à disposição da assembleia		-	-	-	14.223	(14.223)	-
Em 31 de março de 2025		29.971	5.723	5.994	14.223	-	55.911
Realização de mais-valia de deemed cost		-	(344)	-	-	344	-
Transferência entre reservas	11 (c)	-	-	(5.994)	5.994	-	-
Dividendos adicionais pagos	11 (d)	-	-	-	(20.217)	-	(20.217)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	45.644	45.644
Destinação do lucro líquido:							
Antecipação de dividendos	11 (d)	-	-	-	-	(27.203)	(27.203)
Lucro à disposição da assembleia		-	-	-	18.785	(18.785)	-
Em 31 de março de 2026		29.971	5.379	-	18.785	-	54.135

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa (Método indireto)

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

Em milhares de reais

	Nota	2026	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		45.644	63.347
Ajustes			
Depreciação	8	1.647	1.823
Juros e variações monetárias líquidas		(5.017)	(5.633)
Imposto de renda e contribuição social	9	3.515	4.021
		45.789	63.558
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		644	1.426
Tributos a recuperar		(857)	54
Outros ativos		40	5
Fornecedores		15	255
Salários e contribuições sociais		(57)	12
Tributos a recolher		(140)	(627)
Outros passivos		-	(8.743)
Caixa proveniente das operações		45.434	55.940
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.970)	(3.361)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		41.464	52.579
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao imobilizado	8	(296)	(269)
Investimentos (resgates) em aplicações financeiras		6.230	11.093
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos		5.934	10.824
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	11	(47.420)	(63.374)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos		(47.420)	(63.374)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido		(22)	29
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	31	2
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	9	31
<u>Informações adicionais</u>			
Saldos em aplicações financeiras	5	32.061	33.449
Total de recursos disponíveis	5	32.070	33.480

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

1.1 Informações gerais

A Bioenergética Santa Cruz Ltda., anteriormente denominada Bioenergética Santa Cruz S.A. ("Empresa"), é uma sociedade limitada, está sediada na Fazenda Santa Cruz s/nº, rodovia SP 255 - Km 70, município de Américo Brasiliense, estado de São Paulo e tem como objetivo principal a cogeração de energia a vapor.

A Empresa é subsidiária integral da São Martinho S.A. ("SM").

A Empresa deliberou, em 29 de setembro de 2025, em assembleia de acionistas, a transformação de seu tipo societário, passando de Sociedade Anônima (S.A.) para Sociedade Limitada Unipessoal, nos termos do art. 220 da lei nº 6.404/76.

Em decorrência dessa transformação, a entidade deixou de se submeter integralmente ao regime jurídico das sociedades por ações, passando a observar as normas aplicáveis às sociedades limitadas, previstas no Código Civil. Como consequência, foram realizados ajustes contábeis para adequação ao novo tipo societário, incluindo a reversão da Reserva Legal, cujo saldo foi transferido para Lucros Acumulados,

No decorrer de suas atividades, a Empresa assume diversos compromissos, sendo os mais relevantes detalhados na NE 12.

A emissão das demonstrações financeiras de 31 de março de 2026 foi aprovada pela Administração da Empresa em 29 de maio de 2026.

Conflito Geopolíticos

Os conflitos geopolíticos representam um risco para a Empresa. A escalada desses conflitos em regiões-chave de produção de petróleo pode aumentar as variações nos preços de produtos vendidos, taxas, câmbio e insumos e questões logísticas, a depender da situação. Esses riscos podem impactar a receita e custos operacionais da empresa.

Variações Climáticas

Riscos associados às condições climáticas podem impactar a Empresa, especialmente geadas, questões hídricas decorrentes de secas prolongadas e incêndios, refletindo negativamente a produtividade dos canaviais, e consequentemente podendo afetar as receitas.

Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar 214, primeira regulamentação da reforma tributária.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras atuais.

2. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicados na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído (*deemed cost*) do ativo imobilizado.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2 Novas normas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de março de 2026.

- **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18/CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, no caso da Empresa, a partir e 1º de abril de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

i) As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. ii) As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. iii) Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras incluem investimentos que, por motivos contratuais ou outras questões do negócio, permanecem ou não com sua movimentação restrita. Caso a Administração tenha expectativa de que o evento restritivo ocorra em menos de 12 meses, a parcela relacionada é classificada para o ativo circulante. Caso contrário, o valor é mantido no ativo não circulante. As aplicações financeiras que não possuem cláusulas restritivas de movimentação são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado.

2.5 Instrumentos financeiros

A Empresa adota o CPC 48 Instrumentos, onde classifica seus ativos financeiros em: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

O cálculo de *impairment* dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de "perdas de crédito esperadas e incorridas", exigindo um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito. Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro.

2.6 Contas a receber

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Empresa não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.7 Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, acrescidos de mais-valia do custo atribuído (*deemed cost*) para os grupos de edifícios e dependências e máquinas e equipamentos industriais, quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

2.8 Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável (*impairment*). Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

2.10 Tributos diferidos e correntes

Em 31 de março de 2026 e 2025, conforme facultado pela legislação fiscal, a Empresa optou por apurar o imposto de renda e a contribuição social corrente pelo regime de “Lucro presumido”.

O imposto de renda e a contribuição social da Empresa são calculados com base em um regime chamado lucro presumido. Nesse regime, a base de cálculo dos tributos é definida aplicando-se certos percentuais sobre a receita bruta da empresa, ou seja, sobre o total das vendas e serviços antes de descontar os custos e despesas.

A Empresa reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

Esse imposto diferido decorre de diferença temporária tributável entre o valor contábil dos ativos reavaliados e sua base fiscal, e será realizado à medida que tais ativos forem utilizados ou eventualmente alienados, com reflexo correspondente no resultado do exercício.

Para as vendas de produtos (excluindo devoluções), utilizam-se os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social. Para as receitas com prestação de serviços, aplica-se o percentual de 32% para ambos os tributos. Sobre as receitas financeiras não há presunção, sendo tributado o total das receitas financeiras auferidas no

período. Sobre a base total calculada, são aplicadas as alíquotas de 15% e o adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, resultando no valor final a ser recolhido.

Em observância às disposições introduzidas pela Lei Complementar nº 224/2025, a Empresa considera, na determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL pelo lucro presumido, o aumento dos percentuais de presunção estabelecido para pessoas jurídicas cuja receita bruta anual exceda R\$ 5.000 (cinco milhões de reais), mantidas as demais condições para permanência no regime de lucro presumido.

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias vigentes ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

2.11 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços e prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

A Empresa reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Empresa, conforme descrição a seguir.

A diferença entre o faturamento de forma linear e a entrega física de energia é reconhecida na rubrica “Faturamento antecipado”, no passivo circulante.

2.13 Demais receitas e despesas

As demais receitas e despesas são reconhecidas na demonstração do resultado pelo regime de competência.

3. Principais usos de estimativas e julgamentos

As estimativas contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Considerando a atividade operacional da Empresa, não há estimativas contábeis que representem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

4. Gestão de capital

Pelo fato da Empresa possuir basicamente itens do ativo imobilizado em seu ativo e esses itens serem utilizados para cogeração de energia elétrica através do vapor adquirido por meio de contrato firmado com a SM. A administração enxerga que ela não está exposta a nenhum risco financeiro comumente gerenciado, que são os riscos de liquidez, de mercado, operacional ou de capital.

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada para reduzir este custo.

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2026	2025
Caixa e bancos	9	31
Total de caixa e equivalentes de caixa	9	31
Aplicações financeiras		
· Fundo de investimento (i)	32.061	33.449
Total de aplicações financeiras	32.061	33.449

- (i) Fundos de investimento com rentabilidade média anual de 100,8% do CDI (2025 – 101,6% do CDI). Os fundos de investimento exclusivos Sugar Cane I, II e III são fundos de renda fixa crédito privado referenciados DI, geridos pela Bradesco Asset Management, Itaú Unibanco Asset Management e BTG Pactual Asset Management respectivamente e administrados pelo Banco Bradesco, Itaú Unibanco e BTG Pactual Serviços Financeiros respectivamente. Estes fundos foram constituídos com o propósito exclusivo de participação da Empresa. As demais obrigações relacionadas ao fundo são principalmente as taxas administrativas para manutenção da carteira. Os rendimentos reconhecidos refletem as marcações diárias nas posições dos fundos e os ativos possuem liquidez em mercado secundário, sendo o valor da cota composto por: títulos públicos em 56% (2025 - 64%), letras financeiras em 29% (2025 - 19%) e demais títulos privados em 15% (2025 - 17%).

6. Contas a receber de clientes

A análise de vencimentos das contas a receber nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2026 e 2025 está apresentada a seguir:

	2026	2025
A vencer:		
em até 30 dias	935	1.579
acima de 180 dias	5	5
	<u>940</u>	<u>1.584</u>

Do saldo a receber, R\$ 788 (em 31 de março de 2025 R\$ 374) referem-se à São Martinho S.A., conforme detalhado na Nota 7.

7. Saldos e transações com partes relacionadas

(a) Saldos

	2026		2025	
	Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo circulante	Passivo circulante
São Martinho S.A.				
Contas a receber de clientes	788	-	374	-
Fornecedores	-	35	-	19
	<u>788</u>	<u>35</u>	<u>374</u>	<u>19</u>

O saldo do contas a receber com a São Martinho S.A. decorre da comercialização de energia. Na conta de fornecedores refere-se ao rateio de serviços compartilhados.

(b) Transações

	2026	2025
Venda de vapor Industrializado (i)	717	587
Compra de vapor (i)	(2.567)	(3.272)
Rateio de serviços compartilhados (i)	(152)	(87)
Compra de energia elétrica (ii)	-	(36)

- (i) As transações referem-se a compra e venda de vapor industrializado e rateio de serviços compartilhados com a São Martinho S.A.
- (ii) As transações referem-se a compra e venda de energia elétrica com a Bioenergética Boa Vista S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As transações com partes relacionadas estão suportadas por contratos e em condições estabelecidas entre as partes.

Os preços praticados estão de acordo com o mercado, sendo revisados periodicamente e aprovados pela administração.

(c) Remuneração dos Administradores

A alta administração do Grupo São Martinho atua em nível corporativo e sua remuneração não gerou despesas para a Empresa.

8. Imobilizado

	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações Industriais	Total
Saldos em 31 de março 2024	74	26.142	26.216
Aquisição	-	269	269
Depreciação	(8)	(1.815)	(1.823)
Saldos em 31 de março 2025	66	24.596	24.662
Custo total	216	52043	52.259
Depreciação acumulada	(150)	(27.447)	(27.597)
Valor residual	66	24.596	24.662
Aquisição	-	296	296
Depreciação	(7)	(1.640)	(1.647)
Saldos em 31 de março 2026	59	23.252	23.311
Custo total	216	52.339	52.555
Depreciação acumulada	(157)	(29.087)	(29.244)
Valor residual	59	23.252	23.311
Valor residual de:			
Custo histórico	-	15.161	15.161
Mais-valia	59	8.091	8.150
Taxas médias de depreciação	3,2%	3,1%	

9. Fornecedores

	2026	2025
Energia elétrica	267	268
Serviços e outros	35	19
	302	287

10. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	2026	2025
No passivo circulante - Débitos correntes		
. Imposto de renda e contribuição social, a pagar	-	364

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para o exercício das demonstrações financeiras atuais, a Empresa optou pela tributação pelo lucro presumido, cuja reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social está apresentada abaixo:

	2026		2025	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita bruta de vendas	64.326	64.326	72.023	72.023
Presunção	8%	12%	8%	12%
	5.146	7.719	5.762	8.643
Receitas financeiras	5.028	5.028	5.598	5.598
Base tributação	10.174	12.747	11.360	14.241
Alíquota tributo	25%	9%	25%	9%
	(2.544)	(1.147)	(2.840)	(1.282)
Efeito do adicional do IRPJ	176		101	
	(2.368)	(1.147)	(2.739)	(1.282)
Total IRPJ e CSLL	(3.515)		(4.021)	
IRPJ e CSLL correntes		(3.692)		(4.213)
IRPJ e CSLL diferidos		177		192
	(3.515)		(4.021)	

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, no montante de R\$ 2.771 (em 31 de março de 2025 R\$ 2.948), decorrentes do custo atribuído de ativo imobilizado são realizados em função da depreciação e baixa dos ativos imobilizados que os originaram. A realização deste passivo se dará em função das taxas de depreciação dos ativos imobilizados respectivos.

a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social diferido

	2025	Reconhecido no resultado	2026
Mais-valia de ativo imobilizado (<i>deemed cost</i>)	2.948	(177)	2.771
Total do IR e CS passivo diferido	2.948	(177)	2.771

11. Provisão para contingências

A Empresa é parte em processos de naturezas tributária, com base na posição dos advogados, têm risco de perda classificado como possível (passivo contingente) e, portanto, não registrado contabilmente no montante de R\$ 2.207 (em 31 de março de 2025 R\$ 1.968).

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2026 e 2025, o capital social é de R\$ 29.971 e está dividido em 29.971.096 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00.

b) Ajustes de avaliação patrimonial

Custo atribuído (Deemed cost)

A valorização dos bens (*deemed cost*) que compuseram a integralização que foi registrada pela Empresa em 1º de março de 2012, foi capitalizada na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", optando pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*) na adoção das novas práticas contábeis.

c) Reserva legal

A reserva legal foi constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

No exercício de 2026, em decorrência da transformação societária para Sociedade Limitada Unipessoal, a Empresa deixou de se submeter à obrigatoriedade de constituição de reserva legal, aplicável às sociedades por ações, transferindo assim o montante de R\$ 5.994 provenientes da reserva legal para a reserva de retenção de lucros.

d) Dividendos

Aos acionistas foi assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal.

A partir do exercício findo em 31 de março de 2026, a Empresa passou a ser constituída sob a forma de Sociedade Limitada Unipessoal, não estando, portanto, sujeita à apuração e distribuição de dividendos mínimos obrigatórios.

	2026	2025
Lucro líquido do exercício	45.644	63.347
Alíquota de dividendos mínimos obrigatórios	0%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios, pagos	-	(15.837)
Dividendos adicionais pagos	(27.203)	(33.660)
Total de dividendos antecipados	(27.203)	(49.497)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Durante o exercício findo em 31 de março de 2026 a Empresa aprovou o pagamento de dividendos adicionais no montante de R\$ 14.223 (em 31 de março de 2025 R\$ 13.877) referente ao encerramento do exercício de 31 de março de 2025.

Em Assembleia Geral extraordinária foi aprovado o pagamento de lucros no valor de R\$ 33.197, sendo R\$ 5.994 provenientes da reserva de lucros de exercícios anteriores e R\$ 27.203 relativos a antecipação de lucros do exercício social em curso (em 31 de março de 2025 R\$ 33.660).

13. Compromissos

A Empresa estabelece compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Atualmente, o compromisso que merece destaque na presente demonstração financeira é:

Fornecimento de Energia Elétrica

Conforme as diretrizes comerciais estabelecidas pela Empresa os contratos têm vigência inicial de 12 meses, com possibilidade de renovação por igual período, exceto nos casos de contratos relacionados a leilões e com a CPFL. Dessa forma, a Empresa assume compromissos de comercialização de energia elétrica, com montantes de garantia física totalizando 242.652 MWH/ano, conforme estabelecido pela Portaria SNTEP/MME nº 2.848, de 1º de outubro de 2025. Esses montantes de garantia física e de disponibilidade mensal de energia foram renovados e terão vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.

14. Receitas

	2026	2025
Receita bruta de vendas		
Venda de energia elétrica	63.609	71.436
Serviço de industrialização de vapor (Nota 7)	717	587
Impostos, contribuições e deduções sobre vendas	(2.473)	(2.731)
	<u>61.853</u>	<u>69.292</u>

15. Custos e despesas por natureza

	2026	2025
Energia para revenda (i)	(10.972)	(181)
Insumos (nota 7)	(2.567)	(3.272)
Depreciação	(1.647)	(1.823)
Taxa de comercialização de energia	(1.493)	(1.549)
Despesas com pessoal	(400)	(434)
Peças e serviços de manutenção	(242)	(231)
Rateio de serviços compartilhados (nota 7)	(152)	(87)
Serviços de terceiros	(114)	(115)
Outras despesas	(135)	29
	<u>(17.722)</u>	<u>(7.663)</u>
Classificadas como:		
Custo dos produtos vendidos	(15.923)	(5.885)
Despesas com vendas	(1.614)	(1.656)
Despesas gerais e administrativas	(185)	(122)
	<u>(17.722)</u>	<u>(7.663)</u>

- (i) O valor de energia elétrica para revenda corresponde ao valor dispendido pela Companhia para aquisição no mercado para atendimento de demandas no exercício.

16. Resultado financeiro

	2026	2025
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	5.017	5.630
Atualização monetária do contas a receber	46	203
	<u>5.063</u>	<u>5.833</u>
Despesas financeiras		
Outras despesas	(35)	(235)
	<u>(35)</u>	<u>(235)</u>
Resultado financeiro	<u>5.028</u>	<u>5.598</u>

17. Cobertura de seguros

A Empresa tem sua planta industrial dentro da área de sua controladora São Martinho S.A., e é contemplada por sua apólice de seguros.

* * *